

REFLEXÕES SOBRE A LITERATURA NO DIZER DOS VELHOS: GÊNEROS TEXTUAIS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA ESCOLA

VALDILENE JESUS DE SOUZA*

Colégio Estadual Professor Isaías Aleixo

<https://orcid.org/0000-0003-4551-3021>

LUCIENE SOUZA SANTOS**

Universidade Estadual de Feira de Santana

<https://orcid.org/0000-0002-6751-1070>

CRISTIAN JAVIER LOPEZ***

Universidade Estadual do Maranhão

<https://orcid.org/0000-0002-7391-8395>

RESUMO

No presente texto, expõe-se um breve estudo bibliográfico que tem como principal objetivo promover uma reflexão em torno da importância do uso dos gêneros orais, especificamente, no contexto das aulas de Língua Portuguesa, dos Anos Finais do Ensino Fundamental - EJA. Para discutir as questões relacionadas às práticas de oralidade em sala de aula foram utilizados, como fundamentos para a reflexão, os documentos oficiais Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Propomos, neste artigo, pensar sobre as questões ligadas à figura dos velhos como contadores de histórias e do conto de tradição oral que povoa a memória desse narrador tradicional, a partir da perspectiva teórica oferecida nos estudos de Cascudo (2014) e Santos; Apoema; Arapiraca (2018), entre outros. Como resultado decorrente da reflexão proposta, evidencia-se que, ao se utilizar as práticas de produção de oralidade no contexto de sala de aula, a partir da escuta da memória de velhos, é possível identificar nos discursos orais uma ferramenta didática significativa ao âmbito educativo. Desse modo, o uso consciente dos gêneros orais configura-se como uma via para a preservação de valores, crenças, idiomas, linguagens, gestos e expressões culturais de um grupo social determinado, aspectos importantes para a formação do estudante, especialmente, aquela vinculada a educação de jovens e adultos.

Palavras-chave: Gêneros textuais orais; Conto de tradição; Memória dos mais velhos; Educação de Jovens e Adultos; Contadores de Histórias.

* Mestre em Educação pelo Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS – pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Professora do Colégio Estadual Professor Isaías Aleixo Feira de Santana, Bahia, Brasil. E-mail: lene.santos@yahoo.com.br

** Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Titular da Universidade Estadual de Feira de Santana (UESF). Feira de Santana, Bahia, Brasil. E-mail: lssantos@uefs.br

*** Pós-doutorando em Literatura, Memória e Cultura pela UEMA/MA – Bolsista CAPES/BRASIL. Doutor em Estudos Literários pela Universidade de Vigo/Espanha em regime de cotutela com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Brasil. Integrante do Grupo de Pesquisa “Resignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização”. E-mail: cris-tianjlopez2@gmail.com

ABSTRACT

REFLECTIONS ON LITERATURE IN THE SAYING OF THE ELDERLY: TEXTUAL GENRES IN PORTUGUESE LANGUAGE TEACHING AT SCHOOL

In this text we aim to expose a brief bibliographic study which has as main objective to promote a reflection concerning the importance of using oral genres specifically in the Portuguese language classes along the last years of the Fundamental school grades- Youth/Adult education (EJA). To discuss about issues related to orality practices in the classroom, official documents, such as the National Curricular Parameters (PCN) and the National Curricular Common Base (BNCC), were used. We propose along this text to discuss about the figure of the elderly as storytellers and the tale of oral tradition that occupies the memory of this traditional narrators. Therefore, studies by Cascudo (2014) and Santos, Apoema and Arapiraca (2018), among others, were used. As a result, we point out that it became clear to us that by using the practices of orality production in the classroom, based upon the listening to the memory of old people, it is possible to perceive in the oral speeches a didactic tool which is important in the educational field. In this way, the conscious used of oral genres results as a useful path to the preservation of values, beliefs, languages, gestures, and cultural expressions of a determined social group. This are important aspects for the formation of the student, especially the one connected to the young and adult (EJA) education.

Keywords: Oral textual genres; Tale of tradition; Memory of the elders; Youth and Adult Education; Storytellers.

RESUMEN

REFLEXIONES SOBRE LA LITERATURA EN EL DECIR DE LOS MÁS VIEJOS: GÉNEROS TEXTUALES EN LA ENSEÑANZA DE LENGUA PORTUGUESA EN LA ESCUELA

En el presente texto, exponemos un breve estudio bibliográfico que tiene como principal objetivo promover una reflexión acerca de la importancia del uso de los géneros orales, específicamente en el contexto de las clases de Lengua Portuguesa, de los años Finales de la Enseñanza Fundamental - EJA (Educación de jóvenes y adultos). Para discutir las cuestiones relacionadas a las prácticas de la oralidad en el aula fueron utilizados, como fundamentos para la reflexión, los documentos oficiales: Parámetros Curriculares Nacionales (PCN) y la Base Nacional Común Curricular (BNCC). Proponemos, em este artículo, pensar sobre las cuestiones vinculadas a la figura de los viejos como contadores de historias y del cuento de tradición oral que puebla la memoria de ese narrador tradicional, a partir de la perspectiva teórica ofrecida en los estudios de Cascudo (2014), Santos; Apoema; Arapiraca (2018), entre otros. Como resultado de la reflexión propuesta, evidenciamos que, al utilizarse las prácticas de producción de la oralidad en el contexto de sala de clase, a partir de la escucha de la memoria de los más viejos, es posible identificar en los discursos orales una herramienta didáctica significativa en el ámbito educativo. De ese modo, el uso consciente de los géneros orales se configura como una vía para la preservación de valores,

creencias, idiomas, lenguajes, gestos y expresiones culturales de un grupo social determinado, aspectos importantes para la formación del estudiante, especialmente para aquella vinculada a la educación de jóvenes y adultos.

Palabras clave: Géneros textuales orales; Cuento de tradición; Memoria de los más viejos; Educación de Jóvenes y Adultos; Contadores de Historias.

1 INTRODUÇÃO

O estudo aqui apresentado tem como propósito desenvolver algumas reflexões sobre a importância dos gêneros orais em sala de aula, especificamente os contos de tradição que povoam a memória dos mais velhos. Para isso, utilizamo-nos, como metodologia, de uma revisão bibliográfica que tomou os documentos oficiais como base, tais como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a partir dos quais avançamos em direção às reflexões em torno dos estudos de gêneros textuais, com consultas aos pressupostos de Bakhtin (2003) e Kleiman (2005) e os estudos sobre o conto de tradição oral e a figura do contador de histórias, enunciados em obras como as de Cascudo (2014) e Santos; Apoema; Arapiraca (2018).

Questionamentos de ordem variada, referentes ao trabalho com os gêneros textuais, estão presentes entre os educadores, incluindo desde a insegurança no que se refere à compreensão do que são gêneros textuais até a funcionalidade e aplicabilidade deles na sala de aula e na sociedade. Ao olharmos para o contexto da sala de aula, podemos dizer, com base em nossa prática docente, que se utilizar dos gêneros textuais, como base para o ensino de Língua Portuguesa, é estimular uma prática pedagógica que contempla a realidade dos educandos. De acordo com Bakhtin (2003 [1952]),

[...] quanto melhor dominarmos os gêneros tanto mais livremente os empregamos, tanto mais nitidamente descobriremos neles a nossa individualidade, refletimos de modo mais flexível e sutil a situação singular da comunicação; em suma, realizamos de modo mais acabado o nosso livre projeto de discurso. (BAKHTIN, 2003 [1952], p. 285).

Nesse sentido, alcançar o domínio discursivo por meio da compreensão dos gêneros desde a ótica bakhtiniana possibilitar-nos-ia um melhor entendimento de nossa constituição como sujeitos livres e individuais. Desse modo, consideramos importante que os gêneros textuais devem ser ensinados. Nesse sentido, é da competência do professor de Língua Portuguesa mediar e orientar a capacidade de organização dos discursos, tornando o aluno protagonista de sua aprendizagem. Isso nos leva a crer que, assim, o processo de letramento também estará sendo favorecido. Nesse contexto, Kleiman (2005) salienta que,

[...] como todo agente social, o agente de letramento desenvolve ações fundamentadas no conhecimento, na descoberta de que saberes, técnicas, estratégias, tradições e representações sobre a escrita o outro (o aluno e sua família) mobiliza no dia a dia para realizar a atividade. (KLEIMAN, 2005, p. 52).

Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004, p. 83) afirmam que, ao nos comunicarmos, adaptamo-nos à situação de comunicação. Desse modo, os autores salientam que as produções orais ou escritas são feitas em condições diferentes e, portanto, diferenciam-se umas das outras. Já Rojo (2015, p. 28) acrescenta que “tudo que fazemos, dizemos, cantamos ou escrevemos/digitamos, tudo que enunciamos, dá-se concretamente na forma de enunciados ou textos e todo enunciado articula-se em uma forma relativamente estável de enunciar, que é o gênero”.

Nesse cenário, é possível afirmar que os gêneros orais, fortemente determinantes nas situações vivenciadas dentro e fora da escola, são de suma importância para que o estudante exerça sua cidadania, de maneira eficaz. Por

essa razão, o ensino de Língua Portuguesa poderia ser exercido, também, a partir dos gêneros textuais que circulam socialmente, por meio dos quais se dão as interações entre os indivíduos no meio em que vivem. É pensando dessa forma que nos dispomos a refletir sobre os gêneros orais em sala de aula e seus desdobramentos aplicados nas práticas de contação de histórias, promovida pelos mais velhos e que podem ser usadas nas classes dos Anos Finais do Ensino Fundamental, especialmente, nas turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

2 O LUGAR DOS GÊNEROS ORAIS É, TAMBÉM, NA ESCOLA

As relações humanas são marcadas pelo convívio entre os sujeitos e pela constante interação social deles. Isso acontece, principalmente, por meio da oralidade. Porém, essa relação que toma como base a interação não dá conta das múltiplas exigências presentes no uso dos gêneros orais. De acordo com os PCN,

[...] nas inúmeras situações sociais do exercício da cidadania que se colocam fora dos muros da escola – a busca de serviços, as tarefas profissionais, os encontros institucionalizados, a defesa de seus direitos e opiniões – os alunos serão avaliados (em outros termos, aceitos e discriminados) à medida que forem capazes de responder a diferentes exigências de fala e de adequação às características próprias de diferentes gêneros do oral. (BRASIL, 1998, p. 25).

Assim, consideramos que o ensino dos gêneros orais se apresenta como uma possibilidade significativa a ser explorada na formação dos sujeitos e a escola precisa incentivar e oferecer espaços para que seu público se veja representado, dando-lhe vez e, principalmente, voz por meio das narrativas. Acreditamos que o desenvolvimento de ações que se fundamentam no uso da narrativa oral permite aos alunos conhecer muito sobre a história das civilizações e, também, sobre as diferentes culturas. Isso contribui para que o repertório sociocultural dos estudantes seja construído de maneira

mais sólida, como orienta a competência de número três, da área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, da BNCC. Nela se afirma a importância de “valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.” (BRASIL, 2018, p. 9).

Nesse sentido, os gêneros como fábulas, contos, mitos, lendas, entre outros são fontes inesgotáveis de conhecimento e de transmissão de valores. Graças à tradição oral, e posteriormente ao texto impresso, essas histórias são passadas de geração a geração e contribuem para que a história das civilizações seja difundida e amplie a bagagem de conhecimentos dos sujeitos. Segundo Câmara Cascudo (2012, p. 14),

Todos os autos populares, danças dramáticas, as jornadas pastoris, as louvações das lapinhas, cheganças, bumba-meu-boi, fandango, congos, o mundo sonoro e policolor dos reisados aglutinando saldos de outras representações apagadas na memória coletiva, resistindo numa figura, num verso, num desenho coreográfico, são elementos vivos da literatura oral.

Desse modo, quando pensamos na literatura oral, não só nos remetemos a um gênero estático ou concreto, mas a um leque variado de possibilidade de expressão que vai além da linguagem escrita ou falada. O trabalho com os gêneros orais é responsável pela propagação dessa literatura que encanta e surpreende, ao mesmo tempo em que ensina de geração a geração. E isso se dá através do contato com os mais variados gêneros: benzeduras, causos, contos, jaculatórias, mitos lendas e fábulas, por exemplo.

É importante destacar que devido à grande quantidade de formas de expressão acolhidas dentro das práticas da oralidade, cabe ao docente discernir sobre os melhores encaminhamentos a serem aplicados na sua aula, pois diferentes são os objetivos de cada um desses gêneros. O ponto em comum entre todas essas possibilidades de expressão é que, seja

para abençoar, ensinar e transmitir valores ou entreter, os textos do gênero oral estão presentes no cotidiano das pessoas, marcando singularmente suas vidas. Nesse sentido, não é raro ou incomum ouvir estudantes falarem que seu avô, tio ou vizinho “viram um lobisomem”, que “o carro preto está rodando a cidade mais uma vez”, que “o Saci esconde as coisas” e outras tantas expressões e histórias da tradição popular. No entanto, e de forma paradoxal, pouco escutamos alguém recitar uma jaculatória e dizer que aprendeu com seus avós e, muito menos, recitar uma oração para cura de coveiro, por exemplo, afirmando que foi um ensinamento de uma pessoa mais velha. Desse modo, constatamos que existe um descrédito a respeito do conhecimento popular, uma certa “vergonha” de admitir possui-lo. Então, propomos, na sequência deste texto, refletir sobre o uso da oralidade na sala de aula, uma vez que acreditamos que há certo preconceito, mesmo que velado, quanto a esses gêneros. A escola precisa, ainda, contribuir para que esses saberes também sejam reconhecidos e se convertam em atitudes, marcadas pela luta contra preconceitos e que eles sejam banidos da vida dos educandos.

2.1 Os gêneros orais e a BNCC

O ensino de Língua Portuguesa tem sido alvo de constantes discussões e estas visam à melhoria da qualidade do trabalho realizado nas escolas brasileiras. Há muita literatura que defende o trabalho com leitura, escrita e produção textual, porém muitas vezes ficam excluídas dos processos de ensino e de aprendizagem atividades relativas ao eixo da oralidade. Para o escritor Ataliba Castilho (1998), as reflexões advindas da oralidade são fundamentais, inclusive, para a melhoria da escrita. Segundo afirma,

[...] não se acredita que a função deva concentrar-se apenas no ensino de língua escrita, a pretexto de que o aluno já tenha aprendido a língua falada em casa. Ora, se essa disciplina se concentrasse mais na reflexão sobre a língua que falamos, deixando de lado a reprodução de

esquemas classificatórios, logo se descobriria a importância da língua falada, mesmo para a aquisição da língua escrita. (CASTILHO, 1998, p. 13).

Do mesmo modo que ocorre com a leitura e a escrita, devemos considerar que a oralidade é uma prática discursiva também e que, por meio dela, o ser humano toma a palavra e seu lugar na sociedade, por isso a escola deveria oportunizar o ensino dos gêneros orais, uma vez que, por meio de tais práticas, ampliam-se as possibilidades de formação de sujeitos autônomos, com condições de se posicionarem perante diversas circunstâncias que suas realidades lhes impõem. Nesse sentido, consideramos que a escola que dá espaço ao desenvolvimento de práticas orais cumprirá sua responsabilidade na formação holística do sujeito. A BNCC defende a ideia de que o eixo em questão

[...] compreende as práticas de linguagem que ocorrem em situação oral com ou sem contato face a face, como aula dialogada, webconferência, mensagem gravada, spot de campanha, jingle, seminário, debate, programa de rádio, entrevista, declamação de poemas (com ou sem efeitos sonoros), texto teatral, apresentação de cantigas e canções [...], dentre outros. (Brasil, 2017. p. 76-77).

O educador que propicia um espaço para a oralidade em suas aulas contribui, efetivamente, para que o educando atue nas diversas circunstâncias da vida, como, por exemplo, na defesa de seus direitos, em entrevistas de emprego, no relacionamento interpessoal e nas mais variadas discussões.

No cenário atual, a capacidade de argumentação tem sido cada vez mais valorizada e, muitas vezes, é considerada decisiva para o sucesso nos diferentes campos de atuação humana. Entretanto, nem sempre as situações que possibilitam o desenvolvimento das práticas orais são promovidas, especialmente na escola. Ainda observamos que as seções do livro didático, por exemplo, que contemplam a oralidade, são ignoradas por muitos educadores que privilegiam a escrita e, quando promovem atividades orais, consideram que os

estudantes já chegam à escola dominando-as, pois aprendem em casa. Seria conveniente que esses profissionais compreendessem que a escola também precisa ensinar a oralidade, por meio de gêneros orais diversificados, como as discussões em grupo, as rodas de conversa, a exposição oral, o seminário, o debate regrado e muitos outros. Isso favoreceria a uma formação integral dos estudantes e contribuiria para uma atuação mais proficiente na vida em sociedade.

Dessa forma, é importante que, como professores, tomemos consciência de que ainda têm sido insuficientes os trabalhos com a oralidade e, também, com os gêneros orais. É preciso investir mais nesse eixo. Para tanto, devemos desenvolver práticas pedagógicas pautadas na BNCC, ou seja, uma atividade docente que conjugue oralidade com gêneros textuais públicos, que garanta ao estudante não apenas o domínio da expressividade oral, mas, também, a dos gêneros orais públicos. Isto favorecerá que o educando esteja apto a enfrentar diferentes situações sociais nas quais necessite expressar-se oral e publicamente, utilizando-se, de modo propício, adequado e competente, dos gêneros orais públicos.

No que tange às práticas de expressão oral, a BNCC mostra-se um tanto à frente, quando propõe que o estudante não apenas produza determinados gêneros na modalidade escrita – por exemplo, a notícia, a reportagem, a entrevista, a resenha crítica – mas produza, também, os mesmos gêneros para outras mídias e suportes digitais, como o *podcast* noticioso, o *blog*, o jornal de rádio e o jornal televisivo, o *vid*, etc.

Consideramos importante o registro de que a proposta esboçada pela Base é desafiadora e requer dos profissionais envolvidos com a educação uma constante formação. Acreditamos que também se faz necessária a conscientização das famílias, para que estimulem seus filhos a participarem ativamente das atividades propostas para o desenvolvimento das habilidades e competências desses sujeitos. É imprescindível que pais, mães e responsáveis compreendam que a produção textual não se

restringe ao que se escreve em sala de aula e que, muitas vezes, é corrigido pelo professor, mas, sim, pelo conjunto de práticas orais e escritas que contribuem para a formação dos estudantes, especialmente dos jovens e dos adultos que estão nas escolas brasileiras.

Ao partir do senso popular, é comum se dizer que a cultura do Brasil é bastante rica e reconhecida mundialmente. Todos os anos, centenas de turistas visitam nosso país e querem não apenas conhecer o lindo e vasto litoral, mas, também, ensejam presenciar as cantorias dos ternos de reis, as apresentações do bumba-meu-boi, as rodas de capoeira, dançar frevo, samba, ciranda e ouvir as histórias dos encantados, de guerras, de luvias¹, de gente de outros tempos e dos mais variados lugares. Nesse sentido, as narrativas de caráter popular ganham um sentido importante na constituição dos povos e aparecem histórias contadas por gente que jura que testemunhou o ocorrido e por gente que conta o que o avô, a avó, o tio, a tia, o mais velho ou a mais velha, jura que viu. De acordo com Codes (2013, p. 19), “a história oral possibilita novas versões da história ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores. A descoberta e a importância das pessoas como testemunhas do passado permite-nos perceber a riqueza e a importância da memória dos sujeitos anônimos.” Desse modo, é possível compreender que as narrativas contadas por aí fora, podem revelar, surpreender e despertar para muito além daquilo que se sabe e os idosos têm fundamental importância em um momento como esses.

O conto de tradição oral, muito difundido em terras brasileiras, tem influência e elementos daqueles que, inicialmente, povoaram as nossas terras: portugueses, indígenas e pretos escravizados de África, os quais trouxeram para cá uma diversidade de histórias carregadas de significados e de ensinamentos. Mas, nesse contexto, não se podem anular outras tantas que foram trazidas por imigrantes do Japão, da Itália, da Turquia, por exemplo. Essas his-

1 Fantasma, assombração.

tórias, contos, lendas e causos espalharam-se pelos quatro cantos do país por meio das rodas rotineiras nas varandas das casas, contribuindo para a formação da cultura de nosso povo. Pode-se dizer que a sociedade brasileira é composta por coletivos fortemente marcados pela oralidade e no pronunciar dessas narrativas, vai-se costurando uma verdadeira colcha de retalhos, com características muito marcantes de cada grupo. Assim, essas narrativas são conservadas e, ao mesmo tempo, recriadas. Desse modo, Santos, Apoema e Arapiraca (2018) se pronunciam a respeito da manutenção da oralidade ao mencionarem que

[...] logo, numa relação complexa entre conservação e atualização, o sujeito da sociedade oral é aquele que se lembra e também o que recria, pois, de fato, ele é constantemente o cocriador da própria pronunciação. Uma pronunciação, no entanto, que mantém um compromisso permanente com o coletivo do qual ele é parte. (SANTOS; APOEMA; ARAPIRACA, 2018. p. 69).

Dessa maneira, na coletividade, a memória se preserva, ao mesmo tempo em que acrescenta ou retira elementos de acordo com o lugar e o tempo no qual se instala. Isso não empobrece as narrativas, pelo contrário, enriquece-as, permitindo comparações, análises e transmissão de diferentes valores, de acordo com os aspectos que já foram acima citados. Nisso, percebe-se que os contos de tradição oral não estão isentos da participação do contador. Assim, ele não é um mero reproduzidor do que um dia, outrora, ouvira, mas alguém com identidade, dotado de conhecimento, astúcia e saberes que fará questão de impregnar o que for contar.

A cultura popular brasileira muito deve a esses homens e mulheres que são os verdadeiros responsáveis pela formação dessa vasta teia de difusão de conhecimentos e valores transmitidos por meio dessas histórias, uma vez que elas não ficam paradas no tempo nem em um determinado lugar e, de uma maneira ou de outra, espalham-nas por aí, fazendo com que todos se tornem contadores de histórias, em menor ou maior intensidade.

Também se faz necessário, urgentemente, que se repense o ensino de Língua Portuguesa e se dê à oralidade o devido espaço nas aulas, pois, segundo a BNCC (2018),

[...] o tratamento das práticas orais compreende, entre outros aspectos, a produção de textos orais pertencentes a diversos gêneros, considerando-se aspectos relativos ao planejamento, à produção, ao redesign, a avaliação das práticas realizadas em situações de interação social específicas. (BRASIL, 2018, p. 79).

Mais do que nunca, urge a realização de projetos que visem à resignificação da aprendizagem. Este é o momento das maravilhas, é chegada a hora das coisas dos velhos e da desmistificação de preconceitos, pois a escola é o ambiente da troca de saberes, da democracia, dos estudantes da educação básica, dos jovens, dos adultos e dos idosos, essa gente que, mesmo carregando as marcas do tempo em seus rostos, em seus olhares, suas mãos, enfim, em seus corpos, não se cansam de ensinar, são fontes de conhecimentos e se abrem para que os mais novos também conheçam, aprendam e espalhem muita coisa boa por aí.

3 A LITERATURA NO DIZER DOS VELHOS

Para Antônio Cândido (1995), todo ser humano deve ter direito à literatura. Para ele, isso é pressuposto para uma sociedade justa. Nesse cenário, a literatura popular tem dado a sua parcela de contribuição, uma vez que é a principal responsável pela formação de boa parte dos leitores, mundo afora. Câmara Cascudo (2014) diz que o conto popular é o nosso primeiro leite intelectual e acrescenta que os primeiros heróis, as primeiras cismas, os primeiros sonhos, os movimentos de solidariedade, amor, ódio, compaixão vêm com as histórias fabulosas ouvidas na infância e que a mãe preta foi a Sherazade humilde das dez mil noites, sem prêmios e sem consagrações. Quanto lhe ouvimos contar, segue, lentamente, ao nosso lado, emergindo nas horas tran-

quilas e raras de alegria serena. (CASCUDO, 2014, p. 5).

As histórias contadas pelos avós, pelas babás, vizinhos e professores povoam a memória de tanta gente e é comum ouvir uma mesma história ser contada em diferentes versões, mas em uma coisa há coincidência: o tanto de sentimento que está envolvido numa situação dessas e a diversidade de significados que as histórias têm para cada ser humano, que, de alguma maneira, teve sua infância e, por que não dizer, sua vida marcada pelo encantamento das histórias mitológicas, de fadas, povoadas de surpresa e de situações mirabolantes que conseguem prender a atenção de quem ouve, do início ao fim. Pode-se até dizer que, depois de nascer, ouvir histórias contadas é o grande evento de letramento que marca a vida de alguém durante a primeira infância. Rojo (2009, p. 11) afirma que

[...] o termo letramento busca recobrir os usos e práticas sociais de linguagem que envolvem a escrita de uma ou de outra maneira, sejam eles valorizados ou não valorizados, locais ou globais, recobrando contextos sociais diversos (família, igreja, trabalho, mídias, escola, etc.), numa perspectiva sociológica, antropológica e sociocultural.

Pois bem, aprende-se a ler primeiro pelo ouvir e pela atribuição de sentidos ao que se ouve e, criando esses significados na memória, o conhecimento que está junto a essas narrativas vai ganhando espaço no cotidiano daqueles que as escutam e, também, dos que os rodeiam, porque em um momento ou em outro estarão, do mesmo modo, contando o que ouviram por aí. É com isso que corrobora o escritor Marco Haurélio, em sua fala no Seminário de Educação da UEFS, em 2018, ao enunciar que “é a tradição oral que mantém viva a literatura.”

O ensino de literatura possibilita ao estudante uma ampliação da sua capacidade cognitiva e de interpretação, pois o texto literário é repleto de figuras de linguagem, tais como metáforas, ambiguidades e polissemias, entre outras. Com a mediação do professor, é possível

que a produção de sentidos vá se consolidando tanto por meio dos textos literários orais como, também, dos escritos, pois, assim como já se afirmou anteriormente, neste artigo desejamos que se pense em sobrepor os textos orais aos escritos, apenas desejamos garantir à oralidade o espaço que lhe é negado nas atividades pedagógicas. Os textos do escritor Câmara Cascudo, carregados de simbologias, podem corroborar para que a literatura, tão presente no folclore brasileiro, também ocupe as salas de aula e favoreça a formação integral dos alunos, ao mesmo tempo em que pode contribuir para que a cultura popular, difundida por meio do folclore, torne-se cada vez mais conhecida. Sobre o folclore, Van Genep, (*apud* CASCUDO, 2014) declara:

Se ele recolhe e estuda a produção anônima e coletiva (Van Genep) é um dos altos testemunhos da atividade espiritual do Povo, em sua forma espontânea, diária e regular. Ligado, um pouco confundido com a Etnografia, o Folclore ensina a conhecer o espírito, o trabalho, a tendência, o instinto, tudo quanto de habitual existe no homem. Ao lado da literatura, do pensamento intelectual letrado, correm as águas paralelas, da memória e da imaginação popular. (GENNEP *apud* CASCUDO, 2014, p. 5).

O trabalho pedagógico com as narrativas populares (mitos, lendas, causos, contos, fábulas) pode aproximar o aluno do mundo literário e em literatura tudo se torna possível. Por isso, o professor deve propiciar situações literárias que favoreçam o domínio das competências oral e leitora e, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, nos quais se costuma abandonar o trabalho com os textos literários, esta intervenção se torna mais urgente. Dessa forma, a partir das reflexões aqui postas, acreditamos ser possível a realização de um trabalho de excelência, no qual os estudantes poderão ser envolvidos em diversas situações de leitura e de escuta, de muitos contos, escritos pelo grande especialista brasileiro nessa área, Câmara Cascudo, que faz a seguinte afirmação: “É preciso que o conto seja velho na memória do povo, anônimo em sua autoria, divulgado em

seu conhecimento e persistente nos repertórios orais. Que seja omisso nos nomes próprios, localizações geográficas e datas fixadoras do caso no tempo.” (CASCUDO, 2012, p. 6). Assim, ele contemplará a antiguidade, o anonimato, a divulgação e a persistência, características também citadas pelo autor, cuja essência discutimos à continuação.

3.1 Contos de tradição oral: bate-papo na varanda

A comunicação oral é a principal forma de interação humana. Antes do advento da escrita, as pessoas desenvolveram a fala e ela acompanha a história da evolução humana. Através da oralidade, muitos saberes foram difundidos pelo Brasil. Nas localidades mais interioranas, já foi muito comum as famílias se reunirem na varanda para ouvir os mais velhos e, por meio dessa prática, muitos valores foram transmitidos de geração a geração. Desse modo, o folclore de cada região tornou-se conhecido, com todo encantamento e os seres exóticos que, povoando as narrativas ainda hoje, mesmo que com menor intensidade, impressionam a todos com ações extraordinárias. De acordo com Câmara Cascudo (2014, p. 5), “nenhuma ciência como o folclore possui maior espaço de pesquisa e de aproximação humana. Ciência da psicologia coletiva, cultura do geral no homem, da tradição e do milênio na atualidade, do heroico no cotidiano, é uma verdadeira História Normal do Povo.”

Infelizmente, muito da tradição oral tem se perdido ou caído no esquecimento ao longo do tempo e, de acordo com Santos, Apoema e Arapiraca (2018),

[...] tanto os teóricos das narrativas orais (ALCOFORADO, 1990; CASCUDO, 2014; HAMPATÊ BÂ, 2008; LIMA, 2005; MACHADO, 2004; MATOS, 2005), quanto os próprios contadores de histórias tradicionais, que conseguiram chegar aos dias de hoje, apontam a chegada da modernidade, da tecnologia, e, em especial, da televisão, como os grandes agentes silenciadores da contação de histórias. (SANTOS; APOEMA; ARAPIRACA, 2018. p. 190).

Mas as autoras convidam-nos à reflexão, questionando o seguinte: “trata-se do veículo ou dos discursos a ele associados? Qual a origem de tais discursos e quais são seus eminentes portadores”? E acrescentam “[...] formulamos um convite para se pensar mais em termos de transformação do que em destruição ou desaparecimento” (SANTOS; APOEMA; ARAPIRACA, 2018, p. 20). Se analisarmos essa questão, podemos verificar que, se o mundo moderno está repleto de transformações que mudaram significativamente a vida das pessoas, é claro que essas atingiriam também o campo da oralidade, já que ela é uma prática marcadamente humana.

Também a estrutura familiar se modificou muito e os avós e os idosos, de maneira geral, que eram os responsáveis pela difusão dos conhecimentos orais, foram ficando cada dia mais distantes dos netos e dos outros membros da família. Mas, nesse contexto, também é preciso que nos lembremos de que a migração, ou seja, a saída do homem do campo para a cidade também foi fator influenciador no tocante a essa questão.

O fato é que a oralidade é parte importante das relações humanas e a escola não deve negligenciar isso, ao contrário, deve promovê-la, pois, se há o discurso de contribuir para a formação integral dos educandos, essa esfera da aprendizagem também deve ser desenvolvida e ensinada. É necessário que toda a gama de conhecimento popular, revelada pelos contos, por exemplo, também seja contemplada no espaço escolar. Em relação a isso, Cascudo (2014, p. 6) volta a salientar que “o conto popular revela informação histórica, etnográfica, sociológica, jurídica, social. É um documento vivo, denunciando costumes, ideias mentalidades, decisões e julgamentos.”

As pessoas podem aprender em diferentes situações e diferentes espaços, mas é na sala de aula que se dá a maior parte da educação formal e, nesse ambiente, os estudantes passam pelo menos um terço de suas vidas. Logo, faz-se necessário que este lugar seja vivo, que integre

as pessoas e contribua para que a aprendizagem, de fato, aconteça. Diante do exposto é preciso lembrar-se de que a oralidade, importante elemento do processo de ensino-aprendizagem, deve, sim, ser promovida, uma vez que, através dela, uma significativa produção de conhecimento acontece.

De acordo com os PCN, “a aprendizagem de procedimentos apropriados de fala e escuta em contextos públicos dificilmente ocorrerá se a escola não tomar para si a tarefa de promovê-la”. (BRASIL, 1998, p. 25). Então, cabe a nós educadores, priorizar, no momento do planejamento, o espaço merecido para os estudos voltados para a oralidade. Ademais, nas orientações sobre o trabalho com a língua, os PCN também alertam sobre a importância de o professor conhecer, a partir das produções orais e escritas dos alunos, os aspectos que estes já dominam e os que ainda precisam dominar e, quando se referem ao desenvolvimento da oralidade, salientam que o importante não é somente a produção oral do texto, mas, também, a escuta às produções por parte dos estudantes, mostrando a importância do interlocutor no ato comunicativo.

Promover a oralidade é um movimento que só trará benefícios para os educandos, pois isso poderá ajudá-los a se tornar cidadãos efetivos, pessoas aptas a se pronunciarem em diferentes situações da vida cotidiana, nos mais variados espaços de atuação social, a fim de reclamar direitos e de se promover, além de outras atitudes que contribuirão, significativamente, para a melhoria da qualidade da atuação no meio em que vivem.

3.2 Contação de histórias: hora da pilhéria

O hábito de contar histórias acompanha a trajetória da humanidade e é bem aceito nos mais diferentes grupos sociais dentro e fora do ambiente escolar. As pessoas crescem escutando as mais variadas histórias: da origem do próprio nome, da família, da criação da humanidade, dentre outros. Contam-se, tam-

bém, histórias de mitos, de assombração, de surgimento de determinadas coisas e, à medida que a idade escolar vai chegando, torna-se crescente, do mesmo modo, o contato com os contos de fadas e as fábulas. Esses contribuem para formação humana das pessoas, uma vez que transmitem muitos valores. À medida que o nível de escolaridade aumenta, já a partir dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, essa prática vai diminuindo e o foco do processo de ensino passa a se voltar para as atividades escritas; já na etapa II dessa mesma fase, as atividades orais ficam restritas às do livro didático, que são, muitas vezes, insuficientes e se tornam mais estanques.

É lamentável que, ainda hoje, haja essa lacuna no processo de ensino, já que as práticas de oralidade são de grande relevância para a difusão do conhecimento, além do mais, permitem que se tenha acesso a diferentes interpretações de um mesmo fato. Em seu livro *Histórias de antigamente – Cultura e memória nas lavras diamantinas*, Silvia Correia de Codes procura compreender a importância e a função do ato de contar histórias no cotidiano do distrito de Caeté-Açu, localizado na região da Chapada Diamantina. A autora, nessa obra, ressalta que “é cada vez maior o interesse pela cultura popular e que isso está longe de se restringir apenas a historiadores, mas também tem interessado a sociólogos, folcloristas, literatos, historiadores da arte e antropólogos sociais” (CODES, 2013, p. 22). Esse interesse precisa, também, alcançar os educadores, pois a escola é um lugar onde a difusão do conhecimento ainda acontece de forma mais democrática e a formação crítica deve se tornar efetiva. Para Santos, Apoema e Arapiraca (2018),

[...] a contação de histórias precisa não ser tratada apenas como um objeto “bonito” que provoca o imaginário nas crianças sem que se percebam suas dimensões políticas e, a partir delas, a imensa teia de possibilidades que pode tecer em sala de aula, realimentando, inclusive, a própria cultura popular, como, ao longo dos séculos, textos escritos têm alimentado textos orais e vice-versa, em movimentos intercam-

biantes. (SANTOS; APOEMA; ARAPIRACA, 2018, p. 300).

Assim, podemos depreender que há, então, uma relação intrínseca entre os textos orais e os não orais, ou seja, não há um incitar de disputa entre os dois, ao contrário, as autoras indicam que há uma completude na feitura do caminho povoado pelas “gentes das maravilhas” (SANTOS; APOEMA; ARAPIRACA, 2018, p. 299) e suas histórias também maravilhosas.

Por meio da contação de histórias também se pode ter acesso à sabedoria dos mais velhos e se aprende de tudo um pouco. Como exemplo, podemos citar: a importância da escuta, a aquisição de valores que se carrega para a vida inteira e, por que não dizer, que se aprende, também, a contar? Trazendo mais uma vez à tona os pressupostos das autoras, é que podemos afirmar que “ouvir e contar histórias são atos que integram presente, passado e futuro, potencializando o respeito pela tradição oral, portadora de mistérios e sabedoria que se perpetuam até os tempos dos tempos”. (SANTOS; APOEMA; ARAPIRACA, 2018, p. 299). Afinal, dificilmente se escuta uma história, seja ela qual for, e se guarda ela em um baú. Muito pelo contrário, o maior desejo é, depois de ouvir uma história, espalhá-la, sair contando-a por aí afora. Deste modo, é possível que as histórias de antigamente se tornem histórias de hoje também. Nesse sentido, vale ressaltar a importância da memória e da oralidade na formação dessa “teia”, pois, conforme confirmam as mesmas autoras,

[...] quando um contador de histórias narra para os ouvintes aquelas histórias que compõem seu repertório, acaba contribuindo para a constituição de uma unidade grupal, de um senso de comunidade, pois compartilha, entre outras coisas, desejos. Os arquétipos, os símbolos, as temáticas presentes nessas histórias são capazes de atravessar o tempo, porque encontram ecos na memória dos ouvintes, os quais passam a contar de novo e, às vezes, até para si próprios. (SANTOS; APOEMA; ARAPIRACA, 2018, p. 182).

A contação de histórias atravessou as fronteiras do tempo e do espaço. Dessa maneira, po-

demos dizer que ela é resistente, vive em meio a nós, não desapareceu. O conto de tradição oral persiste e, como bem lembrou Keu Apoema, em fala realizada no Seminário de Educação da UEFS, em julho de 2018, “se desapareceu, foram as pessoas, os ouvintes”, mas ele está presente nas praças, varandas, nos cantos e recantos do país e podemos considerar que apenas passou por um processo de transformação, hoje tão comum na contemporaneidade. Aos envolvidos em educação, que tanto se importam e discutem sobre a valorização da cultura, cabe promovê-lo e favorecer o encontro entre as antigas e novas gerações, propiciando a troca de saberes e o fortalecimento dessa cadeia de conhecimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de Língua Portuguesa deveria considerar seu o papel integrador. De acordo com as Orientações Curriculares dos documentos oficiais aqui estudados (PCN e BNCC), este componente curricular deve propiciar atividades que oportunizem aos estudantes o contato com os mais diversos gêneros textuais para que a formação do educando seja a mais completa possível. Marcuschi (2008) aponta os gêneros textuais “[...] como formas de legitimação discursiva” (MARCUSCHI, 2008, p. 10). O autor ainda salienta que “[...] quando dominamos um gênero textual, não dominamos uma figura linguística e sim, uma forma de realizar, linguisticamente, objetivos específicos em situações sociais particulares.” (MARCUSCHI, 2008, p. 10). Assim, por meio deste artigo propusemos uma reflexão que propicie o fomento da produção oral a partir da memória dos idosos junto a estudantes jovens e adultos, bem como a promoção de um intercâmbio de saberes a partir da escuta das histórias contadas por esses idosos ao expressarem suas memórias.

Zumthor (1997) realizou muitos estudos acerca da cultura oral e, para ele, o oral não significaria apenas o popular, da mesma forma que o escrito não representaria especificamente o

erudito. O autor ainda enfatiza que “é através da oralidade que muitas culturas se mantêm vivas entre seus participantes” e acrescenta: “nos discursos orais encontramos uma porta para a preservação de valores, crenças, idiomas, linguagens, gestos e expressões culturais de um grupo.” (ZUMTHOR, 1997, p. 57).

Este autor aborda a questão da oralidade no âmbito da poesia oral e de sua transmissão pela voz. Para ele, a poesia oral é a fonte primeira de toda forma de comunicação, mas depois de criada, a escrita, gradativamente, sobrepõe-se à oralidade. Entretanto, a oralidade não desaparece com a escrita, ou seja, ela resiste e permanece, ultrapassando barreiras e se espalhando por aí, pela voz que, no dizer de Zumthor, é o “verbo encarnado na escritura” (ZUMTHOR, 1993, p. 113). Isso não somente acontece com a poesia, mas, também, com a música, os provérbios populares, as toadas e aboios, os contos etc.

A cultura é viva, por isso lidar com ela é estar em constante movimento, especialmente nos dias de hoje, em que, devido ao processo de globalização, é forte a presença do hibridismo, em todos os âmbitos. Não há, então, como determinar um limite, uma fronteira para a cultura popular, visto que ela se envolve com as pessoas, está impregnada de vida. Então, é importante que nossos estudantes conheçam a sua cultura, reforcem a própria identidade e seu protagonismo. Dessa maneira, o educador favorecerá, também, que se reforce o pertencimento, valores de solidariedade, alteridade e ampliará o interesse pela arte e pela cultura popular.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. (1952). **A Estética da criação verbal**. Traduzido diretamente do russo por Paulo Bezerra desde a quarta edição, em 2003. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. **BNCC- Base Nacional Comum Curricular**. Brasília

DF. 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CÂNDIDO, Antônio. O direito à literatura. In: **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CASCUDO, Câmara. **Contos de Tradição Oral no Brasil**. 1ª edição. São Paulo – SP: Global, 2014.

CASCUDO, Câmara. **Literatura Oral no Brasil**. 1ª edição digital. São Paulo – SP: Global, 2012.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **A língua falada no ensino de português**. São Paulo: Contexto, 1998.

CODES, Silvia Correia de. **Histórias de antigamente – Cultura e memória nas lavras diamantinas**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2013.

DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. Gêneros e progressão em expressão oral e escrita: elementos para reflexões sobre uma experiência suíça (francófona). In: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

KLEIMAN, Ângela B. Preciso “ensinar” o letramento? Não basta ensinar a ler e escrever? Série **Linguagem e Letramento em foco**. São Paulo: Unicamp, 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 3.ed. Editora Parábola, 2008.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SANTOS, Luciene Souza; APOEMA, Keu; ARAPIRACA, Mary de Andrade. (orgs.) **Contações de Histórias – seguindo o curso das águas**. 1ª edição: Feira de Santana. UEFS Editora, 2018.

ZUMTHOR, Paul. **Introdução à poesia oral**. São Paulo: Hucitec, 1997.

ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz: a “literatura medieval”**. Tradução de Amálio Pinheiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Recebido em: 03/11/2022

Aprovado em: 19/12/2022